

INSTRUÇÃO NORMATIVA 010, DE 27 DE JUNHO DE 2018

Institui, a teor do que dispõe o artigo 3º do Decreto Municipal 7007, de 12 de junho de 2018, “LISTAS DE CONFERÊNCIA” voltadas a realização de Auditorias nas obras e serviços de engenharia, bem como no controle financeiro e orçamentário.

A Controladoria Geral da Prefeitura Municipal de Itajubá, no uso de suas atribuições, com espeque no disposto na Lei (municipal) 2.125/97, Lei (municipal) 2.796/10 e, sobretudo, apoiado no artigo 3º do Decreto Municipal 7007, de 12 de junho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído como instrumento de auditoria, por amostragem, das obras e serviços de engenharia, bem como para o controle financeiro e orçamentário, as “LISTAS DE CONFERÊNCIAS” constantes dos respectivos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 2º - Esta Instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajubá, 27 de junho de 2018.

Ana Paula Soares Barbosa dos Santos

Diretora do Departamento de Auditoria, Inspeção e Análise de Pagamentos

Alberto Carlos da Silva

Controlador Geral do Município

ANEXO I

LISTA DE CONFERÊNCIA DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Processo nº: _____ Contrato: _____

Vigência: _____ Empresa Contratada: _____

Resumo do Objeto: _____

Legislação de regência: Lei nº 8.666/1993.

01	CONTRATO	SIM	NÃO	N/A	FLS
1.1	Há divergência entre a descrição do objeto no contrato e a constante do edital de licitação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.2	Houve a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.2.1	A depender da fonte de recurso (integral ou parcial), há instrumento (convênio ou assemelhado) que impute a obrigatoriedade de publicação extraordinária do extrato do contrato em determinado veículo de publicação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.2.2	Em havendo a previsão de publicação extraordinária, a mesma foi procedida?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.3	No contrato há previsão de garantia contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.4	Se há previsão de garantia, consta informação sobre o seu recolhimento/apresentação pelo contratado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.5	No contrato consta o prazo para a execução do objeto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.6	No contrato consta o prazo de vigência?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.7	Houve a designação formal de servidor para ser Gestor do contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.8	Há fiscal ou comissão de fiscalização formalmente designado para execução do objeto contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.8.1	Há ciência expressa do fiscal (ou comissão de fiscalização) acerca deste ônus?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.9	Houve a emissão da Ordem de Início dos Serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.10	Ao longo da execução da obra ou serviço de engenharia houve a paralisação provocada pela Administração?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.11	Caso positivo, a paralisação foi publicada no DOM?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.12	Houve a emissão da Ordem de Reinício dos serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.13	Houve a formalização de Aditivo Contratual p/ prorrogação de prazo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.14	Houve a justificativa para a prorrogação de prazo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.15	Qual o regime de execução da obra ou dos serviços de engenharia?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.15.1	Houve a formalização de Aditivo Contratual p/ acréscimos ou supressões de serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

1.16	Houve a justificativa técnica para a realização desse aditivo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.17	O Aditivo Contratual p/ acréscimos ou supressão de serviços respeitou os limites definidos na Lei nº 8.666/1993?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.18	Ocorreram alterações sem justificativas coerentes e consistentes, de quantitativos, reduzindo quantidades de serviços cotados a preços muito baixos e/ou aumentando quantidades de serviços cotados a preços muito altos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.19	Houve a publicação do extrato do Aditivo Contratual no DOM?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.20	Há ausência de aditivos contratuais para contemplar eventuais alterações de projeto ou cronograma físico-financeiro?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.21	Houve acréscimo de serviços contratados por preços unitários diferentes da planilha Orçamentária apresentada na licitação sem a devida formalização de aditivo contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.22	Houve acréscimo de serviços cujos preços unitários são contemplados na planilha original, porém acima dos praticados no mercado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.23	Houve execução de serviços não previstos no contrato original e em seus termos aditivos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.24	Teve ocorrência de subcontratação não admitida no edital e no contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.25	O contrato foi encerrado com objeto não concluído?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
02	MEDIÇÕES E PAGAMENTOS	SIM	NÃO	N/A	FLS
2.1	A nota fiscal foi atestada pelo fiscal ou pela comissão de fiscalização designada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.2	A respeito da cláusula contratual – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, os documentos necessários foram juntados ao processo, como por exemplo: medição dos serviços, GFIP, comprovante de recolhimento do INSS, e etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.3	O fiscal ou a comissão de fiscalização assinou a medição dos serviços?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.4	No processo de medição/pagamento consta relatório fotográfico georreferenciado que demonstre a execução da obra ou serviço de engenharia?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.5	Há comprovação e conferência pela fiscalização dos serviços executados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.6	Contatam-se inconsistências e/ou incoerências nos relatórios de fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.7	Houve pagamento de serviços não efetivamente executados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.8	Houve pagamento de serviços executados, porém não aprovados pela fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.9	Houve pagamento de serviços relativos a contrato de supervisão, apesar da obra estar paralisada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.10	Há divergências entre as medições atestadas e os valores efetivamente pagos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.11	As medições e pagamentos foram executados com critérios divergentes dos estipulados no edital de licitação e contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.12	Algum dos pagamentos realizados ocorreu disparidade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

03	APLICAÇÃO DE PENALIDADES	SIM	NÃO	N/A	FLS
3.1	Consta notificação à Contratada em razão de descumprimento contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.2	Consta alguma Advertência por descumprimento contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.3	Há processo em andamento para aplicação de Multa por descumprimento contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.4	Houve a aplicação de Multa por descumprimento contratual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.5	Houve aplicação de outro tipo de penalidade decorrente de falhas na execução do contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
04	RECEBIMENTO DO OBJETO	SIM	NÃO	N/A	FLS
4.1	Foi elaborado relatório ou termo circunstanciado de recebimento provisório do objeto ou serviços contratados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4.2	Foi elaborado relatório ou termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto ou serviços contratados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4.3	Há descumprimento de condições descritas no edital de licitação e no contrato para o recebimento da obra?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4.4	Há descumprimento do contrato e seus termos aditivos referentes ao prazo de conclusão e entrega do objeto?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4.5	A obra ou o serviço de engenharia foi recebido com falhas visíveis de execução?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4.6	Houve omissão da Administração, na hipótese de terem surgido defeitos construtivos durante o período de responsabilidade legal da contratada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
05	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/GEO-OBRAS	SIM	NÃO	N/A	FLS
5.1	Houve a inclusão da obra ou serviço de engenharia no plano plurianual ou em lei que autorize sua inclusão, no caso de sua execução ser superior a um exercício financeiro?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5.2	Ocorreu a ausência de previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das etapas a serem executadas no exercício financeiro em curso?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5.3	O andamento do contrato está sendo registrado no Sistema Geo-Obras?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

_____, ____ de _____ de _____

Departamento de Auditoria, Inspeção e Análise de Pagamentos
Controladoria Geral do Município

Ciente da auditoria em ____/____/____.

FUNDAMENTO JURÍDICO	
	<p>LEI N. 8.666/93: Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.</p> <p>Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.</p> <p>Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.</p>
	<p>FISCAL DE CONTRATO: servidor, que, preferencialmente, detenha conhecimento técnico do assunto, indicado pela área demandante dos serviços ou produtos e designado pela autoridade responsável pelo Órgão, para ser encarregado do acompanhamento, fiscalização, ateste das faturas ou notas fiscais e pela conferência dos produtos ou serviços prestados pela contratada, desde o início até o término da vigência do contrato.</p> <p>LEI N. 8.666/93: Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.</p> <p>§ 1º. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.</p>
	<p>LEI N. 8.666/93: Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:</p> <p>I - em se tratando de obras e serviços: a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado; b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;</p> <p>II- em se tratando de compras ou de locação de equipamentos: a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.</p> <p>§ 1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.</p> <p>§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.</p>
	<p>LEI N. 8.666/93: Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. § 1º Essa verificação tem por fim apurar: I - a origem e o objeto do que se deve pagar; II - a importância exata a pagar; III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo; II - a nota de empenho; III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.</p>

ANEXO II

LISTA DE CONFERÊNCIA FINANCEIRA SOBRE FASES DA DESPESA PÚBLICA

Processo nº: _____ Contrato: _____

Vigência: _____ Empresa Contratada: _____

Resumo do Objeto: _____

Legislação de regência: Constituição Federal da República; Lei Federal 4.320/64; Lei Federal 8.666/93.

01	EMPENHO	SIM	NÃO	N/A	FLS
1.1	A autorização do empenho foi dada por autoridade competente (ordenador de despesa)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.2	A nota de empenho está assinada pela autoridade competente (ordenador de despesa)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.3	O empenho de despesa é prévio em relação à data da respectiva aquisição e nota fiscal do fornecedor?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.4	O empenho não excedeu ao limite de créditos concedidos, ou seja, existe contrato vigente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.5	As notas de anulação de empenho emitidas têm autorização do ordenador de despesa e a indicação do motivo de sua emissão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.6	As notas de anulação de empenho tratam de despesas contratuais em execução e cuja parcela é/será legalmente devida ao fornecedor?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.7	O empenho é Ordinário?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.8	O empenho é estimativo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.9	O empenho é Global?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.10	A despesa foi licitada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.11	Trata-se de dispensa de licitação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.12	Trata-se de Inexigibilidade de licitação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.13	Trata-se de Adesão em Registro de Preço - carona?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
1.14	Não se trata de parcelamento de despesa para evitar a licitação?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
02	LIQUIDAÇÃO	SIM	NÃO	N/A	FLS
2.1	Todas as folhas dos processos estão numeradas sequencialmente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.2	O estágio da liquidação da despesa está sendo observado mediante AQS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.3	A liquidação da despesa se baseia em documentos fiscais hábeis previstos em Lei? (nota fiscal, Nfe, Fatura, RPA, cupom fiscal)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

2.4	A nota fiscal está de acordo com o empenho e com o objeto contratado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.5	O atestado de liquidação da despesa consta registrado no documento fiscal correspondente pelo servidor responsável ou fiscal de contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.6	Há no Processo documento que comprovem o fornecimento da mercadoria ou a realização do serviço, como: Nota de Recebimento de Material (para material de consumo e bem permanente) ou Relatório Analítico de Entrada (para bem permanente) e Parecer assinado pela Comissão de Recebimento, relatórios dos serviços executados, folha de frequência, certificados, fotos, exemplares de publicações e etc.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.7	Consta do atestado de liquidação da despesa, registrado no documento fiscal, identificação do servidor responsável ou fiscal de contrato?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.8	Consta no Processo o Documento de arrecadação do ISSQN?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.9	Há Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor com data igual ou posterior à liquidação da despesa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.10	Há Prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado da sede ou domicílio do credor com data igual ou posterior à liquidação da despesa. (Lei Federal 8.666/93, artigo 55, XIII)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.11	Há Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) com data igual ou posterior à liquidação da despesa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.12	Há Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com data igual ou posterior à liquidação da despesa. (Lei Federal 9.012/95)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.13	Há Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho com data igual ou posterior à liquidação da despesa. (Lei Federal 12.440/2011, insere inciso V ao artigo 29 da Lei 8.666/93)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.14	Há Prova de regularidade junto à Dívida Ativa da União, quando exigida no contrato com data igual ou posterior à liquidação da despesa. (Lei Federal 8.666/93, artigo 55, XIII)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.15	Tem Prova de regularidade junto a Fazenda Municipal quando exigida no contrato com data igual ou posterior à liquidação da despesa. (Lei Federal 8.666/93, artigo 55, XIII)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.16	Consta no Processo o comprovante de recolhimento do INSS mês anterior ao serviço prestado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.17	Consta no Processo RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE EXECUTARAM O SERVIÇO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.18	Consta no Processo o comprovante de recolhimento do FGTS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.19	Consta no Processo o comprovante da GFIP?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.20	Consta no Processo COMPROVANTE DE ENTREGA DE VALE TRANSPORTES?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.21	Consta no Processo COMPROVANTE DE ENTREGA DE VALE ALIMENTAÇÃO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.22	Consta no Processo PROTOCOLO DE ENVIO DE ARQUIVOS – CONECTIVIDADE SOCIAL?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2.23	Consta no Processo FOLHA DE PAGAMENTO/RECIBO DE PAGAMENTO?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

03	PAGAMENTO	SIM	NÃO	N/A	FLS
3.1	Têm sido observadas as normas relativas à conformidade antes de encaminhar o processo para pagamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.2	O pagamento foi autorizado pela autoridade competente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.3	No caso de prestação de serviços estão sendo efetuadas as devidas retenções e seus respectivos recolhimentos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.4	Foram confirmados: a origem, o objeto do pagamento, a importância a pagar e a quem se deve pagar?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.5	Os pagamentos estão classificados obedecendo a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades em cada fonte de recursos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.6	Há eventuais descumprimentos da ordem cronológica, todavia baseada em razões de interesse público previamente justificado, homologado pela autoridade competente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.7	Os pagamentos estão sendo realizados mediante Nota de Ordem Bancária?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3.8	Os processos apresentados para análise que requer pagamentos não foram objeto de pagamento por NEX ou por Ofício para quitação? E não requer regularização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

_____, ____ de _____ de _____

Departamento de Auditoria, Inspeção e Análise de Pagamentos
Controladoria Geral do Município

Ciente da auditoria em ____/____/____.
